



Reunião no Palácio do Planalto, ontem: Sarney e ministros ouviram as explicações de Mailson sobre a dívida.

OS LIMITES DO ACORDO

"Este acordo não é uma panacéia, nem vai fazer com que a economia cresça 6% em 1988", declarou ontem o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, a respeito dos entendimentos sobre a dívida externa, anunciados domingo. Acrescentou que "o crescimento da economia é resultado de um conjunto coerente de políticas que envolvem medidas na área de contenção do déficit público e na eliminação de incertezas que impedem que os agentes econômicos continuem investindo".

Na entrevista coletiva que concedeu depois da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), Maílson rebateu as principais críticas que vêm sendo feitas ao acordo provisório — inclusive as do ex-ministro Bresser Pereira —, ao lembrar que o País "passa por um nítido processo de desaceleração econômica, como demonstra o crescimento industrial registrado em 1987, de apenas 0,9%".

O ministro da Fazenda insistiu: "Em nenhum momento o governo declarou que este acordo é a vara de condão que vai resolver nossos problemas. Ele ajuda bastante, é um passo importante, um ingrediente necessário. Mas não é tudo".

Para Maílson da Nóbrega, o que mais o surpreende é ver que alguns economistas, "teóricos da confrontação, críticos do endividamento, estão pedindo agora que o País se endivide mais. Não queriam que a dívida crescesse somente em US\$ 5,8 bilhões, mas em US\$ 10,6 bilhões ou mais". O ministro explicou que, com o acordo provisório, a dívida não crescerá no total dos recursos envolvidos no acordo, ou seja, em US\$ 6,4 bilhões. A dívida cresce no valor da rolagem, de US\$ 5,8 bilhões, ao passo que os restantes US\$ 600 milhões significam recursos destinados às linhas de curto prazo, recuperados nas linhas entre os bancos brasileiros.

Os US\$ 5,8 bilhões de refinanciamento, que Maílson, ao contrário de Bresser Pereira, considera "dinheiro novo" (pois tudo que deixa de ser pago é um ganho), são um montante capaz de preservar um fluxo adequado nas contas do balanço de pagamento do País, implicando ainda um limite considerado ideal para que o País preserve os níveis das suas reservas internacionais.

Bônus: como garantir?

Maílson declarou que os atuais níveis das reservas externas do País inviabilizam o lançamento de bônus — a securitização

Aos que já criticam o acordo provisório sobre a dívida, o ministro

Maílson da Nóbrega disse: ele não é a solução milagrosa para uma economia estagnada. Mas abrirá muitas portas.

da dívida. Afirmou, contudo, que este ponto continua sendo discutido com os banqueiros, dentro da negociação definitiva, destacando que a troca de dívida por bônus do Tesouro brasileiro, com apropriação de um desconto, somente poderá ser feita quando o País tiver recuperado suas reservas e possa, deste modo, usar parte delas como garantia no processo de securitização.

O ministro da Fazenda disse que a parte não-convencional da dívida externa continuará sendo discutida com os bancos privados estrangeiros, destacando-se aí a própria securitização, a fixação de um limite à remessa de juros e a fixação de uma garantia contra flutuações drásticas da taxa de câmbio.

Maílson da Nóbrega considera que o acordo provisório representará o primeiro aporte de recursos novos do sistema bancário internacional para o Brasil desde 1984. Entende que trará a reativação de muitos negócios entre empresas brasileiras e seus parceiros no mercado internacional e pode representar a recuperação de linhas de crédito voluntárias, suspensas desde a moratória e que o sistema financeiro volta a oferecer ao Brasil.

Segundo o ministro da Fazenda, o acordo deve também contribuir em muito para normalizar a situação do País com as entidades oficiais de crédito, talvez até impedindo que ocorram os já esperados fluxos negativos de recursos, de quase US\$ 1 bilhão, só este ano: US\$ 300 milhões para o Banco Mundial, US\$ 200 milhões para o Clube de Paris e US\$ 450 milhões para o Fundo Monetário Internacional. (O Brasil paga mais do que recebe).

O Brasil não vai amortizar nada da dívida externa para os próximos anos. O País terá, contudo, de pagar, na forma de juros, US\$ 5,7 bilhões referentes a 1987; US\$ 6,6 bilhões relativos a 1988 e aproximadamente US\$ 7 bilhões referentes a 1989 — um

total de juros, portanto, de US\$ 19,3 bilhões, dos quais 30% (ou seja, US\$ 5,8 bilhões) serão refinanciados, ou rolados, conforme previsto no acordo provisório.

Explicando as taxas

Maílson esclareceu que os 0,375 (ou 3/8) referentes à taxa de adesão que o Brasil terá de pagar ao banco que aderir ao acordo provisório, incidirão apenas sobre os US\$ 5,8 bilhões rolados agora, relativos aos juros devidos em 1987, 1988 e primeiro semestre de 1989. Para o acordo definitivo sobre o estoque da dívida com os bancos privados, de US\$ 70 bilhões, prevalecerá o spread (taxa de risco) de 0,8125, percentual que não será acrescido dos 0,375, o que daria uma taxa global de 1,19%. Este custo, portanto, de 1,19% incidirá somente sobre os US\$ 5,8 bilhões rolados agora, segundo Maílson. Para os juros relativos a 1987/88 e primeiro semestre de 1989, há um ganho de 0,47 pontos, pois o custo (spread mais taxa de adesão) passa de 1,66 para 1,19. Para todo o estoque da dívida externa, contudo, se prevalecer no acordo definitivo o spread de 0,8125, haveria um ganho de 0,84 pontos, pois a taxa cairia de 1,66 para 0,8125. O pagamento da taxa de adesão no acordo provisório vai custar ao País US\$ 21,75 milhões (ou 0,375% de US\$ 5,8 bilhões).

O ministro informou ainda que o carve-out (aplicação do novo spread acordado para todo o estoque da dívida) vai incidir apenas sobre a dívida contraída pelo setor público. O setor privado continuará sujeito aos spreads de 1,66%. Os bancos brasileiros no Exterior, credores do País, não participam da rolagem dos US\$ 5,8 bilhões, esclareceu. A situação desses bancos vai melhorar muito, segundo o ministro, pois além de receberem os juros dos créditos que mantêm com o Brasil, vão se beneficiar de um novo clima de normalidade do País com o mercado financeiro.

Maílson disse que as repercussões do acordo foram ótimas, a julgar pelos inúmeros telefonemas que recebeu ontem de banqueiros e de autoridades dos governos dos países ricos, entre elas o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, que pediu que o ministro desse parabéns ao presidente José Sarney por ter conseguido um acordo que, segundo Maílson, demoraria muito mais sem a ajuda do governo norte-americano.